

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01140001/26/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003.26-PE-FMS

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos, destinados a atender as demandas determinadas por decisões judiciais, junto a Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1 – MEDICAMENTOS CONTROLADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Levetiracetam 100mg/ml 150ml	72.0	Frasco	R\$ 174,29	R\$ 12.548,88
Especificação: Levetiracetam 100mg/ml 150ml					
6	Duloxetine 60 mg	900.0	Comprimido	R\$ 3,05	R\$ 2.745,00
Especificação: Duloxetine 60 mg					
13	Aristab suspensão 1mg/ml	90.0	Frasco	R\$ 221,97	R\$ 19.977,30
Especificação: Aristab suspensão 1mg/ml					
14	Clobazam 10mg	1080.0	Comprimido	R\$ 1,51	R\$ 1.630,80
Especificação: Clobazam 10mg					
31	Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos	180.0	Caixa	R\$ 56,41	R\$ 10.153,80
Especificação: Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos					
Valor total do lote R\$ 47.055,78 (quarenta e sete mil e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos)					

LOTE 2 – MEDICAMENTOS NÃO CONTROLADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
8	Óleo de Girassol 200ml	24.0	Frasco	R\$ 9,95	R\$ 238,80
Especificação: Óleo de Girassol 200ml					
12	Óleo Mineral 200ml	24.0	Unidade	R\$ 11,49	R\$ 275,76
Especificação: Óleo Mineral 200ml					
15	Alopurinol 100mg	900.0	Comprimido	R\$ 0,26	R\$ 234,00
Especificação: Alopurinol 100mg					
16	Pantoprazol 40 mg	900.0	Comprimido	R\$ 0,48	R\$ 432,00



Especificação: Pantoprazol 40 mg					
17	Sustrate 10mg	2700.0	Comprimido	R\$ 0,73	R\$ 1.971,00
Especificação: Sustrate 10mg					
18	Sinvastatina 40mg	720.0	Comprimido	R\$ 0,31	R\$ 223,20
Especificação: Sinvastatina 40mg					
19	Metoprolol 25mg	720.0	Comprimido	R\$ 0,42	R\$ 302,40
Especificação: Metoprolol 25mg					
25	Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos	36.0	Caixa	R\$ 199,08	R\$ 7.166,88
Especificação: Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos					
26	Álcool Etílico Hidratado 70% Líquido 1 Litro	48.0	Frasco	R\$ 12,58	R\$ 603,84
Especificação: Álcool Etílico Hidratado 70% Líquido 1 Litro					
27	Desonida 0,5%	24.0	Unidade	R\$ 15,27	R\$ 366,48
Especificação: Desonida 0,5%					
28	Crema Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g	24.0	Unidade	R\$ 16,45	R\$ 394,80
Especificação: Crema Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g					
29	Neutrogena crema hidratante, embalagem de 200ml	24.0	Unidade	R\$ 33,43	R\$ 802,32
Especificação: Neutrogena crema hidratante, embalagem de 200ml					
30	Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml	24.0	Unidade	R\$ 111,36	R\$ 2.672,64
Especificação: Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml					
32	Celecoxibe 200 mg	720.0	Comprimido	R\$ 1,07	R\$ 770,40
Especificação: Celecoxibe 200 mg					
33	Frasco ampola de Eyllia Aflibercepte 40 mg/ml	6.0	Frasco	R\$ 4.614,33	R\$ 27.685,98
Especificação: Frasco ampola de Eyllia Aflibercepte 40 mg/ml					
38	Insulinas análogas de ação longa duração (degludeca)	72.0	Frasco	R\$ 197,73	R\$ 14.236,56
Especificação: Insulinas análogas de ação longa duração (degludeca)					
39	Insulina fiasp- 2 penfil (refil)	72.0	Unidade	R\$ 67,92	R\$ 4.890,24
Especificação: Insulina fiasp- 2 penfil (refil)					
40	Insulina Tresiba	48.0	Unidade	R\$ 151,20	R\$ 7.257,60
Especificação: Insulina Tresiba					
43	Pancreatina 25.000.000ui	144.0	Caixa	R\$ 173,70	R\$ 25.012,80
Especificação: Pancreatina 25.000.000ui					
46	Vertizine	720.0	Comprimido	R\$ 0,87	R\$ 626,40





Especificação: Vertizine					
48	Betadine XR 48mg, cx c/30 comprimidos	30.0	Caixa	R\$ 91,08	R\$ 2.732,40
Especificação: Betadine XR 48mg, cx c/30 comprimidos					
49	Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos	60.0	Caixa	R\$ 102,10	R\$ 6.126,00
Especificação: Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos					
51	Diamicon 30mg, cx c/ 30 comprimidos	24.0	Caixa	R\$ 40,58	R\$ 973,92
Especificação: Diamicon 30mg, cx c/ 30 comprimidos					
Valor total do lote R\$ 105.996,42 (cento e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos)					

LOTE 3 – FÓRMULAS / NUTRIÇÃO ENTERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
2	Fórmula Fortini 400g	672.0	Lata	R\$ 60,15	R\$ 40.420,80
Especificação: Fórmula Fortini 400g					
3	Fórmula Pediasure 400G	672.0	Lata	R\$ 80,29	R\$ 53.954,88
Especificação: Fórmula Pediasure 400G					
47	Isosource soya 1,2 kcal/ml ou Trophic Soya 1,2 mg/ml ou Nutri Enteral soya 1,2 mg/ml ou Nutro Premium soy 1,2 kcal/ml	1104.0	Litro	R\$ 32,54	R\$ 35.924,16
Especificação: Isosource soya 1,2 kcal/ml ou Trophic Soya 1,2 mg/ml ou Nutri Enteral soya 1,2 mg/ml ou Nutro Premium soy 1,2 kcal/ml					
50	Modulen 400g sem glúten e sem Lactose	192.0	Lata	R\$ 438,97	R\$ 84.282,24
Especificação: Modulen 400g sem glúten e sem Lactose					
Valor total do lote R\$ 214.582,08 (duzentos e catorze mil, quinhentos e oitenta e dois reais e oito centavos)					

LOTE 4 – INSUMOS (MATERIAIS, DISPOSITIVOS E DESCARTÁVEIS)					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
4	Frasco para alimentação enteral 300ML	2700.0	Frasco	R\$ 2,18	R\$ 5.886,00
Especificação: Frasco para alimentação enteral 300ML					
5	Equipo para alimentação enteral	2700.0	Unidade	R\$ 1,47	R\$ 3.969,00
Especificação: Equipo para alimentação enteral					
7	Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16	1089.0	Pacote	R\$ 39,84	R\$ 43.385,76
Especificação: Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16					
9	Sonda uretral n°12	4200.0	Unidade	R\$ 1,14	R\$ 4.788,00
Especificação: Sonda uretral n°12					
10	Bolsa coletora de urina 2000 ml- sistema fechado	120.0	Unidade	R\$ 6,52	R\$ 782,40





Especificação: Bolsa coletora de urina 2000 ml- sistema fechado					
11	Uripen sem extensor	600.0	Unidade	R\$ 0,97	R\$ 582,00
Especificação: Uripen sem extensor					
20	Sonda para gastrostomia nº 14	90.0	Unidade	R\$ 90,88	R\$ 8.179,20
Especificação: Sonda para gastrostomia nº 14					
21	Seringa 20ml s/ agulha	2700.0	Unidade	R\$ 0,57	R\$ 1.539,00
Especificação: Seringa 20ml s/ agulha					
22	Seringa 60 ml s/ agulha	2700.0	Unidade	R\$ 1,31	R\$ 3.537,00
Especificação: Seringa 60 ml s/ agulha					
23	Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100	36.0	Caixa	R\$ 24,91	R\$ 896,76
Especificação: Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100					
24	Soro fisiológico 100ml	96.0	Unidade	R\$ 5,88	R\$ 564,48
Especificação: Soro fisiológico 100ml					
34	Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades	192.0	Caixa	R\$ 61,79	R\$ 11.863,68
Especificação: Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades					
35	Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades	48.0	Caixa	R\$ 20,35	R\$ 976,80
Especificação: Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades					
36	Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID	48.0	Caixa	R\$ 13,96	R\$ 670,08
Especificação: Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID					
37	Insulinas analogas de ação rápida (aspart)	72.0	Frasco	R\$ 37,00	R\$ 2.664,00
Especificação: Insulinas analogas de ação rápida (aspart)					
41	Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot	168.0	Unidade	R\$ 412,84	R\$ 69.357,12
Especificação: Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot					
42	Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas	30.0	Caixa	R\$ 34,04	R\$ 1.021,20
Especificação: Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas					
44	Caneta Novo penecho não descartável	1.0	Unidade	R\$ 309,13	R\$ 309,13
Especificação: Caneta Novo penecho não descartável					
45	Adesivo Nexcare	360.0	Unidade	R\$ 35,98	R\$ 12.952,80
Especificação: Adesivo Nexcare					
Valor total do lote R\$ 173.924,41 (cento e setenta e três mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos)					
Valor total R\$ 541.558,69 (quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos)					





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Levetiracetam 100mg/ml 150ml	72.0	Frasco	174,29	12.548,88
Levetiracetam 100mg/ml 150ml					
2	Fórmula Fortini 400g	672.0	Lata	60,15	40.420,80
Fórmula Fortini 400g					
3	Fórmula Pediasure 400G	672.0	Lata	80,29	53.954,88
Fórmula Pediasure 400G					
4	Frasco para alimentação enteral 300ML	2700.0	Frasco	2,18	5.886,00
Frasco para alimentação enteral 300ML					
5	Equipo para alimentação enteral	2700.0	Unidade	1,47	3.969,00
Equipo para alimentação enteral					
6	Duloxetina 60 mg	900.0	Comprimido	3,05	2.745,00
Duloxetina 60 mg					
7	Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16	1089.0	Pacote	39,84	43.385,76
Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16					
8	Óleo de Girassol 200ml	24.0	Frasco	9,95	238,80
Óleo de Girassol 200ml					
9	Sonda uretral n°12	4200.0	Unidade	1,14	4.788,00
Sonda uretral n°12					
10	Bolsa coletora de urina 2000 ml- sistema fechado	120.0	Unidade	6,52	782,40
Bolsa coletora de urina 2000 ml- sistema fechado					
11	Uripem sem extensor	600.0	Unidade	0,97	582,00
Uripem sem extensor					
12	Óleo Mineral 200ml	24.0	Unidade	11,49	275,76
Óleo Mineral 200ml					
13	Aristab suspensão 1mg/ml	90.0	Frasco	221,97	19.977,30
Aristab suspensão 1mg/ml					
14	Clobazam 10mg	1080.0	Comprimido	1,51	1.630,80
Clobazam 10mg					
15	Alopurinol 100mg	900.0	Comprimido	0,26	234,00
Alopurinol 100mg					
16	Pantoprazol 40 mg	900.0	Comprimido	0,48	432,00





Pantoprazol 40 mg					
17	Sustrate 10mg	2700.0	Comprimido	0,73	1.971,00
Sustrate 10mg					
18	Sinvastatina 40mg	720.0	Comprimido	0,31	223,20
Sinvastatina 40mg					
19	Metoprolol 25mg	720.0	Comprimido	0,42	302,40
Metoprolol 25mg					
20	Sonda para gastostromia nº 14	90.0	Unidade	90,88	8.179,20
Sonda para gastostromia nº 14					
21	Seringa 20ml s/ agulha	2700.0	Unidade	0,57	1.539,00
Seringa 20ml s/ agulha					
22	Seringa 60 ml s/ agulha	2700.0	Unidade	1,31	3.537,00
Seringa 60 ml s/ agulha					
23	Luvras descartáveis em látex, tam. M, c/ 100	36.0	Caixa	24,91	896,76
Luvras descartáveis em látex, tam. M, c/ 100					
24	Soro fisiológico 100ml	96.0	Unidade	5,88	564,48
Soro fisiológico 100ml					
25	Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos	36.0	Caixa	199,08	7.166,88
Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos					
26	Álcool Etilico Hidratado 70% Líquido 1 Litro	48.0	Frasco	12,58	603,84
Álcool Etilico Hidratado 70% Líquido 1 Litro					
27	Desonida 0,5%	24.0	Unidade	15,27	366,48
Desonida 0,5%					
28	Crema Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g	24.0	Unidade	16,45	394,80
Crema Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g					
29	Neutrogena crema hidratante, embalagem de 200ml	24.0	Unidade	33,43	802,32
Neutrogena crema hidratante, embalagem de 200ml					
30	Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml	24.0	Unidade	111,36	2.672,64
Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml					
31	Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos	180.0	Caixa	56,41	10.153,80
Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos					
32	Celecoxibe 200 mg	720.0	Comprimido	1,07	770,40





Celecoxibe 200 mg					
33	Frasco ampola de Eyليا Aflibercepte 40 mg/ml	6.0	Frasco	4.614,33	27.685,98
Frasco ampola de Eyليا Aflibercepte 40 mg/ml					
34	Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades	192.0	Caixa	61,79	11.863,68
Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades					
35	Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades	48.0	Caixa	20,35	976,80
Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades					
36	Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID	48.0	Caixa	13,96	670,08
Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID					
37	Insulinas analogas de ação rápida (aspart)	72.0	Frasco	37,00	2.664,00
Insulinas analogas de ação rápida (aspart)					
38	Insulinas analogas de ação longa duração (degludeca)	72.0	Frasco	197,73	14.236,56
Insulinas analogas de ação longa duração (degludeca)					
39	Insulina fiasp- 2 penfil (refil)	72.0	Unidade	67,92	4.890,24
Insulina fiasp- 2 penfil (refil)					
40	Insulina Tresiba	48.0	Unidade	151,20	7.257,60
Insulina Tresiba					
41	Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot	168.0	Unidade	412,84	69.357,12
Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot					
42	Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas	30.0	Caixa	34,04	1.021,20
Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas					
43	Pancreatina 25.000.000ui	144.0	Caixa	173,70	25.012,80
Pancreatina 25.000.000ui					
44	Caneta Novo penecho não descartável	1.0	Unidade	309,13	309,13
Caneta Novo penecho não descartável					
45	Adesivo Nexcare	360.0	Unidade	35,98	12.952,80
Adesivo Nexcare					
46	Vertizine	720.0	Comprimido	0,87	626,40
Vertizine					
47	Isosource soya 1,2 kcal/ml ou Trophic Soya 1,2 mg/ml ou Nutri Enteral soya 1,2 mg/ml ou Nutro Premium soy 1,2 kcal/ml	1104.0	Litro	32,54	35.924,16
Isosource soya 1,2 kcal/ml ou Trophic Soya 1,2 mg/ml ou Nutri Enteral soya 1,2 mg/ml ou Nutro Premium soy 1,2 kcal/ml					
48	Betadine XR 48mg, cx c/30 comprimidos	30.0	Caixa	91,08	2.732,40





Betadine XR 48mg, cx c/30 comprimidos					
49	Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos	60.0	Caixa	102,10	6.126,00
Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos					
50	Modulen 400g sem glúten e sem Lactose	192.0	Lata	438,97	84.282,24
Modulen 400g sem glúten e sem Lactose					
51	Diamicron 30mg, cx c/ 30 comprimidos	24.0	Caixa	40,58	973,92
Diamicron 30mg, cx c/ 30 comprimidos					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 541.558,69 (quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação é classificada como de natureza contínua, com fundamento no artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, representando uma deliberação estratégica para atender a uma necessidade pública de caráter permanente, cuja interrupção comprometeria a missão institucional deste órgão. O regime de vigência e suas eventuais prorrogações são regidos pelos artigos 106 e 107 da mesma Lei, estabelecendo um modelo de gestão contratual flexível, seguro e alinhado ao interesse público. Desta forma, o contrato vigorará pelo prazo inicial de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, submetendo-se o seu ciclo de vida (manutenção, governança, prerrogativas de extinção e prorrogações sucessivas) integralmente ao disposto nos referidos artigos, sempre respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos para a duração total do ajuste.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) no exercício corrente.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO





3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município em local a ser indicado pela contratante.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.





6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.





6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;





b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de





documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz





8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.





8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$;

e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$;

8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).





8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei 6.360/76.

8.33. Alvará de Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

8.34. Autorização Especial (AE) para medicamentos da Portaria 344 de 15/05/1998 conforme Art. 2º emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do Ministério da Saúde (Exigência para o LOTE 1 – MEDICAMENTOS CONTROLADOS).

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 0701.10.122.0008.2.032 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Saúde, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903202 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 33903299 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

